

excluído da lista de classificação, mediante preenchimento de declaração de desistência ou por simples resposta ao e-mail que o convocou, firmando essa intenção. ANEXO VII

10.6. A vinculação do estagiário será feita mediante assinatura do Termo de Compromisso de Estágio, em três (3) vias, assinado pelo acadêmico, pela instituição de ensino superior, pelo Subprocurador Geral de Justiça par Área Técnico-Administrativo e pelo Diretor do Departamento de Recursos Humanos.

11 DOS RECURSOS

11.1 O gabarito oficial da prova objetiva será divulgado na Internet, no sítio principal do Ministério Público (www.mp.pa.gov.br).

11.2 O candidato que desejar interpor recurso contra o gabarito oficial da prova objetiva deverá fazê-lo via preenchimento de formulário próprio (ANEXO IV), devendo enviá-lo para o endereço eletrônico (estagio.mp@mp.pa.gov.br). Será admitido um recurso por questão de cada candidato.

11.3 O prazo para interposição do recurso será de dois dias, a contar do dia subsequente ao da divulgação do gabarito oficial preliminar.

11.4 Os recursos interpostos em relação à prova objetiva serão decididos pela Comissão designada pelo Procurador-Geral de Justiça do Estado do Pará, para a realização do presente processo seletivo.

11.5 Se do exame de recurso resultar anulação ou alteração de item integrante de prova, a pontuação correspondente será atribuída a todos os candidatos, independentemente de terem recorrido.

11.6 Não haverá arredondamento de notas, bem como não se admitirá recurso ou pedido de revisão da decisão que considerar reprovado ou classificado o candidato, exceto no caso de erro no cômputo das notas e médias.

11.7 Não serão aceitos pedido de revisão de recurso ou recurso do gabarito oficial definitivo.

11.8 O prazo para interposição do recurso quanto a erro no cômputo das notas e médias, será de 2 (dois) dias úteis, a contar do dia subsequente à divulgação do resultado provisório.

12 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1 O resultado final do processo seletivo será homologado pelo Procurador-Geral de Justiça, publicado no Diário Oficial do Estado do Pará, afixado no mural do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional - CEAF e nas respectivas sedes do Ministério Público do Estado do Pará, onde houve o certame e no sítio do MP.

12.2 Os candidatos devem acompanhar o andamento das fases do processo seletivo pelo sítio da Instituição (www.mp.pa.gov.br).

12.3 O candidato aprovado terá assegurada a vinculação segundo sua ordem classificatória, observada a reserva de vagas de que fala o item 1.11, bem como os requisitos mínimos previstos neste edital.

12.4 O candidato aprovado na seleção pública que não atender à convocação para assumir o estágio no prazo estipulado passará a ocupar o último lugar da lista de classificação dos aprovados na referida seleção, ou quando não houver outros aprovados, será considerado desistente, podendo o Ministério Público, caso seja de sua conveniência, abrir novo processo seletivo.

12.5 São incompatíveis com o estágio do Ministério Público o exercício de atividades concomitantes em outro ramo do Ministério Público, com a Advocacia, Pública ou Privada, ou o estágio nessas áreas, bem como o desempenho de função ou estágio no Judiciário ou na Polícia Civil ou Federal.

12.6 É vedado ao estagiário realizar, simultaneamente, a atividade de estágio com a prestação de serviço voluntário no âmbito do Ministério Público Estadual;

12.7 É vedado ao estagiário atuar, sob orientação ou supervisão, diretamente subordinado a membro do Ministério Público ou servidor investido de cargo de direção, chefia ou assessoramento que lhe seja cônjuge, companheiro ou parente até terceiro grau, inclusive.

12.8 Outras vedações estão previstas no artigo 22 da Resolução nº 009/2011-CPJ, de 30 de junho de 2011.

12.9 Não participará como auxiliar de administração do processo seletivo aquele que tiver parentesco, nos termos da Lei Civil, em linha reta ou colateral, natural ou civil (incluído o parentesco por afinidade), com candidato.

12.10 Será eliminado pela Comissão de Seleção o candidato que não observar qualquer das regras deste Edital, especialmente aquele que se indispuser gravemente com outro candidato ou com o auxiliar de administração do Corpo de Seleção, bem assim quando flagrado em situação de fraude (cola, erro de pessoa mediante falsa identidade, etc.).

12.11 Os casos omissos ou ambíguos serão resolvidos pela Comissão de Seleção, que poderá rever seus próprios atos, de ofício ou por solicitação do interessado.

PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ, em Belém-PA, ao quarto dia do mês de junho de 2012 (04.06.2012).
ANTÔNIO EDUARDO BARLETA DE ALMEIDA
PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA

ANEXOS
ANEXO I – REQUERIMENTO DE INSCRIÇÃO
EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA 1ª
COMISSÃO DE SELEÇÃO PÚBLICA DE CANDIDATOS PARA
O PROGRAMA DE ESTÁGIO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO
ESTADO DO PARÁ.
IDENTIFICAÇÃO

Nome: _____
Filiação: _____

CPF	R.G.	ÓRGÃO EXPEDIDOR	EXPEDIÇÃO (DATA)

Data de nascimento: _____
Naturalidade: _____
Estado Civil: _____
Endereço: _____
Bairro: _____ Cidade: _____
UF: _____ CEP: _____ - _____
Telefones (fixo e celular): (____) _____
Endereço eletrônico: _____
Instituição de ensino: _____
N.º de matrícula: _____
Curso: _____
Período em curso (1º semestre letivo de 2012): _____
Previsão de colação de grau: _____
Disponibilidade de horário: () matutino () vespertino
Requero inscrição para a 1ª SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ, para atuação perante os órgãos auxiliares e/ou de execução da Comarca de (local de opção do estágio) _____
Declaro, nesta oportunidade, conhecer as normas e condições estabelecidas pelo Edital nº 04/2012- PGJ-MP/PA, de 20 de maio de 2012, que regulamenta o mencionado processo seletivo, a elas se sujeitando; declaro também ter disponibilidade de horário (4h diárias, totalizando 20 horas/semanais), não possuir antecedentes criminais e estar ciente de não poder exercer atividades concomitantes em outro ramo do Ministério Público, advocacia pública ou privada, ou estágio nessas áreas, bem como o desempenho de função ou estágio no Judiciário ou na Polícia Civil ou Federal.
Nesses termos, pede deferimento.
_____ (PA), _____ de _____ de 2012.
CANDIDATO(A)

ANEXO II - CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
ÁREAS DE CONHECIMENTO: DIREITO, ADMINISTRAÇÃO,
ODONTOLOGIA E INFORMÁTICA

1 CONHECIMENTOS BÁSICOS

1.1 LÍNGUA PORTUGUESA (Novo Acordo Ortográfico)

1. Compreensão textual. 2. Ortografia oficial. 3. Acentuação gráfica e colocação pronominal. 4. Emprego das classes de palavras. 5. Emprego do sinal indicativo de crase. 6. Sintaxe. 7. Pontuação. 8. Concordância nominal e verbal. 9. Regência nominal e verbal. 10. Significação das palavras (semântica).

1.2 LEGISLAÇÃO APLICADA AO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ:

1. O Ministério Público na Constituição Federal de 1988 (arts. 127 a 129). 2. O Ministério Público na Constituição Estadual (arts. 114 a 117). 3. Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará (Lei Complementar nº 057/25, de 06 de julho de 1998). 4. Lei Orgânica do Ministério Público da União (Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993). 5. Lei Orgânica Nacional do Ministério Público (Lei nº 8.625, de 12 de fevereiro de 1993).

ÁREA DE CONHECIMENTO: DIREITO

2 CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

2.1 DIREITO CONSTITUCIONAL:

1. Do constitucionalismo. 2. Teoria da constituição. 3. Teoria da Norma Constitucional. 4. Dos princípios constitucionais fundamentais. 5. Teoria dos direitos fundamentais. 6. Direitos e garantias fundamentais. 7. Dos direitos sociais. 8. Da organização do estado brasileiro. 9. Mecanismos de estabilização constitucional. 10. Organização dos poderes. 11. Poder legislativo. 12. Poder judiciário. 13. Poder executivo. 13. Funções essenciais à justiça.

2.2 CONHECIMENTOS DE DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL:

DIREITO CIVIL: 1. Da Lei de Introdução ao Código Civil. 2. Código Civil (Parte Geral). Das pessoas naturais e jurídicas: capacidade, personalidade e domicílio. Das diferentes classificações de bens. Dos atos jurídicos: defeitos e modalidades. Das nulidades e anulabilidades. Dos atos ilícitos. Da prescrição: disposições gerais, causas impeditivas e suspensivas. 3. Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). DIREITO PROCESSUAL CIVIL: 1. Noções gerais. 2. Lei processual. 3. Evolução histórica do processo civil. 4. Jurisdição. 5. Poder judiciário. 6. Ministério Público. 7. Advocacia pública ou privada. 8. Competência dos órgãos jurisdicionais.

2.3 CONHECIMENTOS DE DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL: DIREITO PENAL: 1. Princípios constitucionais aplicáveis ao Direito Penal (art. 5º, incisos XXXIX a XLVII - Constituição Federal). 2. Código Penal (Parte Geral). Da aplicação da lei penal. Do crime. Da imputabilidade penal. Do concurso de pessoas. Das penas. Das medidas de segurança. Da ação penal. Da extinção da punibilidade. DIREITO PROCESSUAL PENAL: 1. Evolução histórica do processo penal. 2. Princípios processuais. 3. Persecução penal. 4. Notícia do crime. 5. Polícia e investigação. 6. Inquérito policial. 7. Ação penal pública. 8. Ação penal privada. 9. Jurisdição penal. 10. Competência.

ÁREA DE CONHECIMENTO: ADMINISTRAÇÃO

3 CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

3.1 NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO GERAL E PÚBLICA: Fundamentos e Evolução da Administração; Abordagem Sistemática; Estrutura e Projeto Organizacional; Processo Decisório; Planejamento e Estratégia; Ética e Responsabilidade; Administração de Operações e da Qualidade; Funções e Habilidades do Administrador; Empreendedorismo; Cultura e Ambiente Organizacional; Mudança e Inovação; Controle de Processos e Gestão da Qualidade; Administração de Projetos. Recursos Humanos: Liderança e Poder; Motivação; Comunicação; Clima Organizacional; Estilos de Administração; Recrutamento e Seleção; Treinamento e Desenvolvimento; Avaliação de Desempenho. Organização e Métodos: Análise Organizacional; Instrumentos de Pesquisa; Distribuição do Trabalho; Estruturas Organizacionais e Departamentalização; Gestão da Qualidade; Reengenharia; Mudança Organizacional; Controle Organizacional. Conceitos fundamentais do Direito Público e o funcionamento do Estado. Estado, governo e aparelho de Estado. Relações entre esferas de governo e regime federativo. Formas de administração pública: patrimonialista, burocrática, gerencial. Evolução da Administração Pública no Brasil: reformas administrativas: dimensões estruturais, principais características. Sistemas de governo. Governabilidade e governança. Orçamento Público: elaboração, acompanhamento e fiscalização. Créditos adicionais, especiais, extraordinários, ilimitados e suplementares. Plano Plurianual. Projeto de Lei Orçamentária Anual: elaboração, acompanhamento e aprovação. Princípios orçamentários. Diretrizes orçamentárias. Processo orçamentário. Normas legais aplicáveis ao Orçamento Público. Receita pública: categorias, fontes, estágios; dívida ativa. Despesa pública: categorias, estágios, Suprimento de fundos, Restos a Pagar, Despesas de exercícios anteriores. A conta única do Tesouro. Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000).

ÁREA DE CONHECIMENTO: ODONTOLOGIA

4 CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

4.1 CÓDIGO DE ÉTICA EM ODONTOLOGIA: Disposições preliminares, Dos direitos fundamentais, Dos deveres fundamentais, Das auditorias e perícias odontológicas, Do relacionamento com o paciente e com a equipe de saúde, Do sigilo profissional, Dos honorários profissionais, Das especialidades, Da Odontologia hospitalar, Das entidades com atividades no âmbito da Odontologia, Do responsável técnico, Do magistério, Das entidades da classe, Da comunicação, Do anúncio, da propaganda e da publicidade, Da entrevista, Da publicação científica, Da pesquisa científica, Das penas e suas aplicações, Disposições finais, contidos na Resolução CFO-42/2003, de 20/05/03, que revoga o Código de Ética Odontológica aprovado pela Resolução CFO-179/91, de 19/12/91.

4.2 BIOSSEGURANÇA EM ODONTOLOGIA: Serviços Odontológicos - Prevenção e Controle de Riscos: Infra-estrutura Física, Documentação e Condições para o Funcionamento dos Serviços Odontológicos, Precauções-padrão e Riscos Ocupacionais, Acidente de Trabalho e Condução após Exposição ao Material Biológico, Higienização das Mãos, Equipamentos de Proteção Individual, Fluxo e Processamento de Artigos, Processamento de Superfícies, Linhas de água, Rouparia e Limpeza em Geral.

4.3 DIAGNÓSTICO BUCAL: Radiologia odontológica, Diagnóstico de Pulpite, Pulpite Irreversível e polpa necrótica, Diagnóstico da Doença Periodontal e Cárie Dental, Diagnóstico Oral.

4.4 CLÍNICA ODONTOLÓGICA INFANTIL E ADULTO - Preparo Inicial em Periodontia, Raspagem e alisamento coronaradicular, Princípios Básicos da Terapia do canal radicular, Fases do tratamento na terapia do canal radicular, Procedimentos Clínicos na Terapia do Canal Radicular, Materiais Dentários, Dentística restauradora, Preparo Cavitário, Uso do Flúor, Selantes de Fóssulas e Fissuras.

ÁREA DE CONHECIMENTO: INFORMÁTICA

5 CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

5.1 NOÇÕES DE SISTEMAS OPERACIONAIS: Microsoft Windows: Preparando e executando a instalação do ambiente Windows; Atualizando o Windows; Configurando compatibilidade de aplicativos; Particionamento de disco no Windows; Gerenciando Volumes; Manutenção de discos; Instalando e configurando drivers; Visão geral de Autenticação e Autorização;